

# SUMÁRIO

1.

<b>O CONHECIMENTO DOS FATOS .....</b>	<b>13</b>
1. Do conhecimento mágico ao conhecimento racional....	15
2. O conhecimento racional dos fatos .....	23
2.1. Vicissitudes do empirismo na epistemologia moderna.....	23
2.1.1. A confiança na racionalidade empírica e suas dificuldades.....	23
2.1.2. Por uma nova concepção da racionalidade empírica. A superação do problema da indução e a influência da epistemologia pós-positivista .....	34
2.2. O conhecimento dos fatos na ciência jurídica nos últimos séculos .....	45
2.2.1. O modelo do Iluminismo.....	45
2.2.2. A Ciência e a práxis processual pós-iluminista .....	54
2.3. Por uma epistemologia moderadamente realista ...	67

## 2.

## UM MODELO DE CONHECIMENTO JUDICIAL DOS FATOS .....

	75
1. O modelo cognitivista de determinação judicial dos fatos .....	75
1.1. Caracterização geral do modelo .....	75
1.2. As teorias coerentistas e pragmatistas da verdade .....	85
1.3. O “cognitivismo” e a concepção semântica da verdade .....	102
2. <i>Quaestio facti</i> : fatos externos, fatos de julgamentos psicológicos e juízos de valor na formação da premissa menor do raciocínio judicial.....	117
3. A prova dos fatos. Terminologia sobre a prova .....	133
4. A natureza do conhecimento judicial de fatos .....	157
4.1. O problema na “prova dedutiva” .....	159
4.2. O problema na “prova indireta”: a natureza indutiva do conhecimento .....	164
5. O conhecimento indutivo judicial e suas diferenças em relação a outros tipos de conhecimento indutivo...	187
5.1. O conhecimento judicial dos fatos como discurso “ideográfico” .....	188
5.2. O conhecimento judicial de fatos como discurso “institucionalizado” .....	192

## 3.

## A INSTITUCIONALIZAÇÃO JURÍDICA DO CONHECIMENTO DE FATOS .....

	201
1. Medidas institucionais que condicionam a apuração da verdade .....	201
1.1. Abordagem. As regras de limitação temporal e as formas de justiça negociada.....	201

1.2.	As limitações probatórias .....	206
1.3.	O sigilo processual.....	215
2.	O papel das presunções .....	220
2.1.	Presunções <i>iuris tantum</i> .....	221
2.2.	Presunções <i>iure et de iure</i> . Diferença das “ficsões legais” .....	234
2.3.	Presunções <i>hominis</i> .....	242
3.	A valoração da prova .....	252
3.1.	A livre convicção como princípio metodológico (negativo) e os critérios (positivos) de valoração ...	252
3.2.	Os modelos probabilísticos de valoração .....	259
3.2.1.	O modelo matemático-estatístico .....	261
3.2.2.	Os modelos indutivos .....	276
3.2.2.1.	O modelo de probabilidade indutiva de L. J. Cohen .....	278
3.2.2.2.	O esquema valorativo do grau de confirmação.....	285

#### 41.

<b>A MOTIVAÇÃO DOS FATOS</b> .....	301	
1.	O sentido da motivação das decisões jurídicas .....	301
2.	Da resistência à necessidade de motivar os fatos .....	309
2.1.	Sentido da motivação dos fatos .....	309
2.2.	Funções da motivação dos fatos .....	317
2.3.	A exigência de motivação se estende a todas as provas .....	322
3.	O conteúdo da motivação dos fatos.....	328
3.1.	Motivação-atividade e motivação-documento. As relações entre a justificação e a descoberta.....	328
3.2.	A motivação da premissa fática é conceitualmente diferente da motivação da premissa normativa.....	340

3.3. A motivação das constatações, das conclusões e das hipóteses.....	347
3.3.1. A motivação das constatações .....	347
3.3.2. A motivação das conclusões .....	348
3.3.3. A motivação das hipóteses .....	349
3.3.3.1. O requisito da não refutação .....	350
3.3.3.2. O requisito da confirmação.....	350
3.3.3.3. O requisito da maior confirmação que qualquer outra hipótese.....	352
3.4. Estrutura da sentença e estilo da motivação .....	356
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>365</b>